

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

STJ valida exclusão de candidato



MP-AP/REPRODUÇÃO/JC

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ, foto) manteve a eliminação de um candidato ao cargo de policial penal no RS durante a fase de investigação social. A decisão negou recurso confirmando que a presença de múltiplos registros policiais, incluindo “violência doméstica, lesão corporal, ameaça e posse de drogas”, justifica o descredenciamento para carreiras sensíveis da segurança pública, ainda que haja inquéritos arquivados ou punibilidade extinta. “O objetivo é avaliar se o padrão de comportamento é compatível com cargos que exijam lisura e probidade”, ressaltou o relator, ministro Marco Aurélio Bellizze.

Partido Novo cobra explicações

Quatro deputados federais do Novo - Adriana Ventura (SP), Luiz Lima (RJ), Marcel van Hattem (RS) e Gilson Marques (SC) - assinaram um requerimento de informação ao ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, sobre a Telebras. A iniciativa baseia-se em reportagens divulgadas a partir de investigações da Polícia Federal sobre “suposto tráfico de influência”, que identificaram mensagens de pessoas próximas à Presidência da República viabilizando negócios junto à estatal. “Cabe ao Congresso verificar se uma empresa controlada pela União teve suas portas e sua pauta comercial abertas a particulares em razão de proximidade com o poder político, e se seus processos decisórios foram, em alguma medida, contaminados por essa proximidade”, destaca a justificativa.

Capital Nacional do Sonho

O deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) apresentou projeto de lei para conceder o título de Capital Nacional do Sonho ao município de Santo Antônio da Patrulha. A proposta destaca a herança da colonização açoriana na tradição do doce, além da relevância histórica da iguaria como “ponto de parada gastronômico” na rota entre Porto Alegre e o Litoral Norte. “A experiência de Santo Antônio da Patrulha demonstra como uma tradição alimentar pode atuar simultaneamente como patrimônio cultural, ativo turístico e vetor de desenvolvimento econômico.”

Capital Nacional do Pêssego de Mesa

Já o deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP) apresentou projeto de lei para conceder a Pinto Bandeira o título de Capital Nacional do Pêssego de Mesa. A proposta destaca a liderança do município na produção da fruta destinada ao consumo in natura, com área cultivada superior a 900 hectares, produção anual de 18 mil toneladas e 400 propriedades de agricultura familiar. “Conferir a Pinto Bandeira o título de Capital Nacional do Pêssego de Mesa coroa uma trajetória de excelência na fruticultura, reconhece o trabalho de gerações de produtores, técnicos e cooperativas, e constitui importante indutor do turismo rural.”

**Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.**

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323

TSE recebe denúncias de propaganda irregular

Rio Grande do Sul é o quarto estado com maior volume de reclamações



A Justiça Eleitoral já recebeu 1.103 denúncias de suspeita de propaganda eleitoral irregular por meio do Pardal, plataforma criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para ampliar a fiscalização no período. Os registros contabilizados até esta quarta-feira, foram feitos desde o início da campanha eleitoral no último domingo.

De acordo com o TSE, São Paulo concentra o maior volume de reclamações, com 193 ocorrências. Na sequência aparecem Pernambuco, com 106 registros; Paraná, com 102; Rio Grande do Sul, com 95; e Minas Gerais, com 89. Entre os cargos citados nas denúncias, candidatos a deputado estadual lideram, com 424 registros, seguidos por deputados federais (325), partidos, coligações ou federações (150) e governadores (79).

O impulsionamento de conteúdo é, até agora, o principal motivo das denúncias, responsável por 339 registros, o equivalente a 30,73% do total. As ocorrências relacionadas à internet somam outras 289 reclamações, ou 26,2%, enquanto casos envolvendo bens públicos representam 105 registros. Também há denúncias sobre bens particulares, pro-

paganda antecipada, banners e cartazes, boca de urna, comícios e uso irregular de equipamentos de som, entre outras situações.

Do total recebido pelo Pardal, 596 denúncias, correspondentes a 54%, permanecem em análise. Outras 383 foram baixadas do sistema, enquanto 124 acabaram encaminhadas ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A ferramenta permite que eleitores relatem possíveis infrações e apresentem fotos, vídeos, áudios ou links que possam ajudar na apuração.

Para utilizar o sistema, é necessário se identificar por meio do e-Título ou da plataforma Gov. br. A identidade do denunciante, porém, é preservada sob sigilo. Após o envio, é gerado um protocolo que permite acompanhar o andamento da ocorrência, que

passa pela análise da Justiça Eleitoral para a adoção das medidas consideradas cabíveis.

O Pardal possui três módulos. O aplicativo móvel, disponível para celulares e tablets, é utilizado pelos eleitores para fazer os registros; o Pardal ADM é destinado ao gerenciamento interno das denúncias pela Justiça Eleitoral; e o Pardal Web reúne as estatísticas das ocorrências.

Casos que não estão dentro do escopo da ferramenta são direcionados aos canais responsáveis. Denúncias sobre desinformação que possa comprometer a integridade das eleições são encaminhadas ao Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (Sia-de), enquanto relatos de crimes eleitorais e outros ilícitos podem ser apresentados ao Ministério Público Eleitoral.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/JC



Pardal, ferramenta digital do TSE, permite ao cidadão denunciar

Mendonça deve manter no STF processo de Lulinha

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), tende a negar o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para enviar para a primeira instância investigações contra Fábio Luís Lula da Silva, o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conhecido como Lulinha, por suspeita de tráfico de influência e corrupção. Com isso, os inquéritos devem ser mantidos na corte até a conclusão.

Caso Mendonça resolva manter as investigações no tribunal, eventual recurso à decisão será julgado na Segunda Turma. Além de Mendonça, compõem o colegiado Gilmar Mendes, Dias Toffo-

li, Luiz Fux e Nunes Marques. Em votações criminais, o relator tem contado com o apoio de Fux e Nunes Marques, mas ainda não houve julgamento de temas relativos a Lulinha na turma.

Existem hoje três inquéritos tramitando no STF para investigar o filho do presidente. Dois primeiros que foram abertos estão no gabinete de Mendonça. Um terceiro está sob a relatoria de Flávio Dino. Interlocutores de Dino afirmam que, até o momento, não houve pedido da PGR para que o inquérito mais recente também seja transferido para a primeira instância.

Pessoas próximas de Mendonça desconfiaram do tratamento diferenciado e suspeitam que

o verdadeiro interesse por trás do pedido seja retirar o caso das mãos do ministro. Hoje, existe um clima conflagrado entre Mendonça e parte da Polícia Federal (PF), que realiza das investigações.

O primeiro inquérito contra Lulinha investiga se ele favoreceu a empresa do chamado Careca do INSS, que atua com medicamentos derivados de cannabis, junto ao Ministério da Saúde. O segundo inquérito apura se o filho do presidente beneficiou uma empresa de tecnologia da informação junto à Dataprev. A terceira investigação atinge Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete de Lula. Segundo a PF, ele tinha ligação com Lulinha e a lobista Roberta Luchsinger.